

Geólogo quer governo mais duro com multas

Toda riqueza mineral do solo e do subsolo deve ser propriedade da Nação, não podendo ser, de forma alguma, da propriedade privada; o capital estrangeiro deve participar da exploração mineral, desde que submetidos a controles rigorosos; monopólio do petróleo deve ser mantido e até ampliado para minerais nucleares como, por exemplo, o urânio; o governo deve estabelecer uma reserva de mercado para as substâncias minerais de maior necessidade do país.

Estas são algumas das propostas que a Sociedade Brasileira de Geologia (SBG) irá apresentar, nesta segunda-feira, a Subcomissão de Regime de Propriedade do Subsolo, da Assembleia Nacional Constituinte. As posições da SBG são baseadas em uma ampla pesquisa, que envolveu quase 3 mil profissionais do setor mineral brasileiro.

Um dos temas mais polêmicos a ser debatido é a questão da participação do capital estrangeiro no setor mineral. Atualmente, são mínimos os controles e limitações incidentes sobre o capital internacional na mineração brasileira. Constitucionalmente, não há

distinção entre empresas de mineração nacionais ou estrangeiras e a legislação minerária não estabeleceu nenhuma restrição quanto ao acesso aos bens minerais, sua produção e comércio.

Neste sentido, os geólogos entendem que é tarefa da Assembleia Nacional Constituinte instituir regras mais rígidas sobre a atuação do capital estrangeiro na mineração, de modo a balizar com clareza seu espaço e conformá-lo aos interesses nacionais. Entre as propostas, no âmbito desta questão, ressaltam-se as seguintes: a limitação da participação acionária de empresas estrangeiras em projetos de mineração; o compromisso de reinvestimento de lucro na exploração mineral; a garantia de transferência de tecnologia e o contingenciamento de exportações de concentrados de minérios.

Reserva de Mercado

A Sociedade Brasileira de Geologia entende que deve ser permitido o uso do recurso da reserva

de mercado através de lei ordinária, a fim de estimular a geração e domínio de tecnologias, proteger o mercado interno e estimular o investimento às empresas nacionais no setor mineral. É importante ressaltar, no entanto, que no plano constitucional, esta questão deverá ser tratada como instrumento de política e não como política.

Com relação ao Imposto Único sobre Minerais (IUM), o que se defende é que a nova Constituição deve incorporar os percentuais para a União, estado e municípios nas mesmas proporções atuais, ou seja, 10%, 10% e 20%, respectivamente.

Todas estas propostas, juntamente com o resultado final da pesquisa da SBG, será apresentada à Constituinte na segunda-feira, num debate-audiência da qual participarão também o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, o presidente do IBAM, João Carlos Marinho Nunes, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Conage, Vanderlino Teixeira entre outros representantes ligados ao setor mineral.

Delfim condena novos monopólios estatais

O constituinte Delfim Netto (PDS-SP) presidente da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica afirmou que "talvez fosse melhor deixar o Estado fazer o licenciamento para a maioria dos produtos minerais". Mas não crê na necessidade de monopólio estatal em outras atividades além das já existentes.

Em seguida, criticou os constituintes que se posicionam de maneira contrária aos contratos de risco. Defendendo a iniciativa, Delfim Netto observou que, com relação ao petróleo, os contratos de risco somente não conseguiram o resultado desejado porque a Petrobrás reservou as áreas de maior probabilidade de ocorrência do produto para si mesma e, por isso, teve sucesso.

O presidente da subcomissão não acha que o monopólio estatal deva ser estendido. Como argumento, lembrou que a tendência atual indica um substancial aumento de custos para as estatais que exploram a sociedade e se transformam em cabides de emprego. Exemplificou atacando a Siderbrás, que na sua opinião preocupa-se mais com este aspecto do que propriamente com a produção de aço.

Sobre as reservas estratégicas, espera que sejam definidas formas de armazená-las, pois não vê solução em deixá-las sob a terra.



Delfim: atacando monopólios

Quando à reserva de mercado, emitiu a sua posição defendendo as tarifas alfandegárias e de preços que são infinitamente superiores em eficácia para estímulo interno. Ele criticou os burocratas que dizem defender os interesses do país, quando na verdade servem aos amigos. Delfim Netto afirmou

que "o interesse nacional se defende com mecanismos imparciais de alocação de recursos, onde os mais ágeis e os mais capazes de absorver tecnologia vão construir o seu espaço".

E completou: o Estado adquiriu tamanho tal que a sua ineficiência política está ameaçando até mesmo a liberdade política. Na sua opinião, esta ação deve ser revista e enxugada. Reconhecendo que o mercado não é um perfeito mecanismo de alocação de recursos, distribuição de renda ou ainda eliminação das flutuações do nível de atividade, Delfim concluiu, no entanto, que mesmo assim é o único mecanismo já descoberto para uma razoável eficácia produtiva com níveis toleráveis de liberdade.

Quanto à discussão do planejamento democrático da economia, um dos temas principais da subcomissão que preside, Delfim Netto admitiu que este já foi um dos seus grandes sonhos. Como professor desta disciplina, disse ainda que "com todas as sofisticadas matemáticas, essa grande obra da engenharia social — infelizmente — não está ao alcance dos homens, pois pertence apenas ao conhecimento divino".

Para o constituinte, o planejamento democrático encontra uma barreira intransponível na necessária incorporação dos preços relativos e por isso não pode ser levado a sério por ninguém.

MBI entrega propostas à Constituinte

O Movimento Brasil Informático (MBI), de defesa da Lei de Informática e que curiosamente traz "ao inverso" a sigla da grande multinacional do setor, a IBM, já encaminhou aos parlamentares suas propostas para a nova Constituição, feitas com base "na luta por um desenvolvimento brasileiro soberano". Uma das principais sugestões, incluída no capítulo da Ciência e da Tecnologia, destaca que "compete ao Estado o estímulo e a orientação do desenvolvimento tecnológico", obedecendo ao seguinte princípio "reserva do mercado interno nos casos em que exija o desenvolvimento econômico e tecnológico", entre outros.

No capítulo dos Direitos e Garantias, o movimento propõe basicamente que o uso da informática seja limitado no sentido de garantir a privacidade do cidadão e o pleno exercício de seus direitos, destacando que ninguém pode ser obrigado a fornecer dados quanto às suas convicções filosóficas ou políticas e que todos têm direito de acesso às referências e informações a seu respeito em bancos de dados controlados por entidades públicas ou particulares, podendo exigir a retificação de dados.

Patrimônio

No capítulo da Ordem Econômica, a entidade propõe, entre outras coisas, que o mercado interno deve integrar o patrimônio nacional e ser utilizado para promover a busca da autonomia tecnológica e a melhoria das condições de vida e trabalho da população e que empresa nacional é aquela cujo controle de capital está permanentemente nas mãos de brasileiros e que, constituída e com sede no país, nele tenha o centro de suas decisões.

No capítulo da Ordem Social dos Direitos dos Trabalhadores, as propostas apresentadas resultam basicamente na necessidade de proteção da classe trabalhista em decorrência do processo de automação. As entidades coordenadoras que fazem parte do MBI são: Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp), Associação Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD), Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



Severo Gomes defende a soberania nacional na questão mineral

Senador defende o fim dos contratos de risco

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) relator da subcomissão de Ordem Econômica da Constituinte afirmou que "o monopólio do petróleo deve ser reafirmado de modo a interromper o processo de contratos de risco". Se a Bacia de Campos estivesse hoje em mãos de empresas privadas, 80% da produção nacional que vem de lá estaria dependente do pagamento de royalties pelos brasileiros de seu próprio produto.

O senador defende uma política mineral capaz de assegurar a soberania nacional estabelecendo parâmetros que atribuam às empresas nacionais e à nação a exploração dos recursos minerais.

Severo Gomes espera que a atual Constituição seja modificada no que diz respeito à definição de empresas nacionais como "constituídas no Brasil", o que representa uma farsa — conforme destacou — permitindo a entrada de empresas estrangeiras no setor. Sobre as empresas estatais, lembrou que a Siderbrás, como a Cosipa, Volta Redonda e Usiminas viabilizaram a indústria automobilística e de maquinário do país, sem as quais seríamos até hoje dependentes.

Defendeu a siderurgia brasileira como uma das mais avançadas do mundo, mais que a americana, francesa ou alemã, perdendo apenas para a japonesa e coreana.

"O grande problema é que os acidentes da balança de pagamentos de governos anteriores, o Tesouro Nacional não pode subscrever ações e empréstimos em dólar foram feitos no exterior através da operação 63, que criou um passivo monstruoso para as empresas", frisou. Como agravantes, vieram duas máxidesvalorizações que resultaram na multiplicação do passivo, se referindo ao período em

que Delfim Netto conduziu a economia no país.

Para o senador as reservas estratégicas não encontram melhor lugar para a armazenagem do que repousando no fundo das minas. O petróleo deverá ser preservado do poço para que as gerações futuras possam utilizá-lo. Assentada em medidas fiscais aduaneiras, a reserva de mercado não trouxe nenhum tipo de avanço tecnológico de empresas multinacionais para o Brasil.

Desenvolvimento

A defesa da reserva de mercado — prosseguiu — objetiva o desenvolvimento tecnológico como um esforço interno e indispensável para o país, lembrando que as tarifas aduaneiras condenam o Brasil ao atraso tecnológico. "Se nos limitarmos a simples importação de catálogos de montagem de equipamentos, além das dificuldades para o entendimento, seremos incapazes de melhorá-los. O senador explicou que a reserva de mercado forçará o país a atingir a sua independência tecnológica.

Apesar de considerar dispensável a intervenção do estado em regiões desenvolvidas, Severo Gomes afirmou que "todos sabem que as correções das distorções regionais passam pela intervenção do estado". Retira recursos de localidades mais abastadas e aplica em regiões mais pobres, como faz o Banco do Brasil, completou.

Severo Gomes disse, ainda, que em um país pobre o estado sempre terá um papel importante na planificação e na ação direta, embora a economia brasileira, por tradição, sempre tenha utilizado o dinheiro do povo para incentivar as empresas privadas, seja através de incentivos, tarifas aduaneiras, créditos fiscais etc.